



Índice

- 01** [Justiça determina reforma da Casa do Índio](#)
- 02** [Atalaia do Norte: atendimento demora e criança indígena morre no hospital](#)
- 03** [UFPA divulga Listão do Vestibular Indígena 2013](#)
- 04** [Norte Energia descumpre mais uma vez acordo com índios](#)
- 05** [Saúde e educação dos índios serão discutidas](#)
- 06** [Índios já invadiram 14 áreas e querem 100 mil hectares](#)
- 07** [Índios denunciam quebra de acordo e Consórcio Belo Monte pode ser multado](#)
- 08** [Guarani Kaiowá, do MS, denuncia ameaça de morte a ele e sua família](#)
- 09** [Povos Indígenas: a volta do famigerado arrendamento](#)
- 10** [Lideranças indígenas participam do Fórum Social Temático](#)
- 11** [Empaer ensina índios de Mato Grosso a plantar arroz](#)
- 12** [Saúde do homem é meta do Projeto Quilombo para 2013](#)
- 13** [Imunidade tributária deve chegar às comunidades tradicionais](#)
- 14** [Provab voltado às populações tradicionais](#)
- 15** [Justiça proíbe ex-prefeito de expulsar ribeirinhos](#)



Justiça determina reforma da Casa do Índio

SÍTIO DIARIODECUIABA, 31.01.2013

A Justiça Federal determinou a reforma estrutural e sanitária na Casa de Saúde do Índio de Cuiabá. De acordo com o juiz federal da 1ª Vara da Justiça Federal em Mato Grosso, Marllon Sousa, o local possui vários problemas que prejudicam a qualidade dos serviços de saúde oferecidos aos indígenas, como uso de medicamentos com data de validade vencida, esgoto a céu aberto, infiltração e superlotação.

O G1 entrou em contato com a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), mas o coordenador da instituição não foi localizado para se manifestar sobre o assunto.

No ano passado, o Ministério Público Federal (MPF) fez inspeções na unidade de saúde e, em seguida, ingressou com ação civil pública pedindo a interdição do local. A Secretaria Especial de Saúde Indígena tem 10 dias para apresentar um cronograma de reforma e as obras devem começar em, no máximo, 30 dias após apresentação do plano.

Além disso, o magistrado determinou a criação de espaços adequados para atividades de educação em saúde, produção artesanal e lazer para os pacientes em boas condições de saúde e seus acompanhantes.

Entre as irregularidades estão ainda o fato de o local ficar próximo a um lixão onde são depositados lixo doméstico e hospitalar e a dificuldade de acesso à unidade. Para a procuradora da República Marcia Brandão Zollinger, autora da ação, a precariedade das instalações da Casa do Índio é preocupante. "O local deveria oferecer serviço de apoio aos pacientes indígenas encaminhados à rede do Sistema Único de Saúde, em que pessoas acometidas por diversas espécies de moléstias são acomodadas para aguardar tratamento na rede pública de saúde ou lá são acomodadas após alta, em espera para retorno para a aldeia", pontuou.

Caso descumpra a determinação judicial, o responsável pela unidade deve pagar multa diária de R\$ 10 mil.



Atalaia do Norte: atendimento demora e criança indígena morre no hospital

SÍTIO TERRA, 31.01.2013

Uma criança do povo Matis morreu na noite de ontem, 30/01, no hospital da cidade de Atalaia do Norte (AM), apresentando vômitos e febre alta, segundo informou Gilson Mayoruna, coordenador da Associação Matsés do Alto Jaquirana – Amaj, da região do Vale do Javari. A criança era da aldeia Aurélio que fica no rio Ituí, afluente do Javari, distante da sede municipal cerca de 400 quilômetros. Ela estava internada há cerca de três semanas na Casa de Saúde Indígena – Casai, e, segundo Gilson Mayoruna “os funcionários demoraram muito para levar a criança ao hospital”.

É o primeiro óbito que ocorre no Vale do Javari neste ano. Em outubro do ano passado, pelo menos quatro crianças morreram com sintomas de diarreia, vômito e febre logo depois das eleições municipais. “É inaceitável que uma criança morra na cidade com vômito e febre, sem atendimento adequado”, protesta indignado Gilson Mayoruna. O coordenador do Distrito Sanitário Especial Indígena – Dsei, Heródoto Jean, informou que a criança estava internada há vários dias, apresentava vários problemas de saúde e, com as complicações recentes, veio a falecer.

Há vários dias os líderes indígenas do Vale do Javari reclamam das precárias condições do Dsei do Vale do Javari e do atendimento deficiente. “Este atendimento aos indígenas na parte da saúde começou muito ruim”, diz Gilson Mayoruna. O coordenador do Dsei, por outro lado, confirma que as dificuldades existem, mas estão sendo superadas. “Instalamos aparelhos de telefone por via satélite em todos os polos base para melhorar a comunicação. Apesar do estado dos barcos, temos conseguido transporte com a Prefeitura Municipal e com a Defesa Civil para agilizar o atendimento”, diz Heródoto Jean.

Ele informou ainda que na Casa de Saúde de Tabatinga estão internados 121 indígenas, a maioria do povo Marubo, passando por mais uma etapa do manejo sorológico para detectar casos de hepatite e dar prosseguimento aos que já apresentam a doença. Em todo o Vale do Javari há um grande número de indígenas contaminados com vários sorotipos de hepatite. Mais de 300 mortes por causa dessa doença e das complicações dela decorrentes aconteceram nos últimos dez anos.

A cidade de Atalaia do Norte fica localizada no oeste do Estado do Amazonas, distante de Manaus, a capital, cerca de 1.300 quilômetros em linha reta. Nela fica encravada a maior porção da terra indígena Vale do Javari, habitada por mais de cinco mil indígenas dos povos Mayoruna, Matis, Marubo, Kanamari, Kulina e pelo menos outros 13 povos sem contato com os não indígenas.



UFPA divulga Listão do Vestibular Indígena 2013

SÍTIO PLANETAUNIVERSITARIO, 31.01.2013

O Centro de Processos Seletivos da Universidade Federal do Pará (Ceps) divulga nesta sexta-feira, 1º de fevereiro, o Listão do Vestibular Indígena da instituição e também o resultado da seleção especial para o curso de Etnodesenvolvimento. As listas serão disponibilizadas no www.ceps.ufpa.br e o edital de habilitação para estes candidatos deve ser publicado até o dia 7 de fevereiro no www.ciac.ufpa.br. Pelo quarto ano consecutivo a federal paraense ofertou vagas especialmente para estudantes de origem indígena. Desta vez, foram 358 vagas, duas em cada um dos 179 cursos de graduação ofertados na capital e no interior do estado para 2013. Das mais de cem solicitações de inscrição, apenas 60 foram homologadas. De acordo com a organização do concurso, o maior problema foi a falta de apresentação de documentos escolares e da Declaração de Pertencimento a etnias indígenas. Os candidatos indígenas realizaram a primeira fase da seleção no dia 13 de janeiro, quando elaboraram uma prova de redação. No período de 13 a 15 deste mês eles também foram avaliados durante entrevistas individuais com a Comissão Especial de Seleção Indígena. Após a correção das provas e a análise das entrevistas, a Ceps deve entregar o resultado oficial no início desta sexta-feira, 1º, para, em seguida, publicar o resultado.

Jane Beltrão, presidente da Comissão Especial de Seleção Indígena, reafirma a importância da reserva de vagas para indígenas e povos tradicionais. "Este sistema corresponde à correção do acesso de povos indígenas ao ensino superior, direito conquistado depois de séculos de colonialismo. É obrigação constitucional produzir igualdade de acesso aos povos etnicamente diferenciados. A 'indianização' dos corredores da UFPA é imperiosa e espera-se que no futuro a presença seja mais massiva, contribuindo para a mudança de pensamento que desconsidera os conhecimentos tradicionais", afirma a antropóloga. Segundo ela, isso requer tempo, mas é possível. Neste mês a UFPA contratou seu primeiro professor indígena que atuará no curso de Etnodesenvolvimento, em Altamira. Curso especial para populações tradicionais também lança resultado - Indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores, agricultores familiares e representantes do movimento negro. Um grupo bastante heterogêneo, de 49 candidatos, participa do Processo Seletivo Especial 2013-4, que oferta 45 vagas para a segunda turma do único curso do Brasil de Bacharelado em Etnodesenvolvimento, oferecido entre as políticas afirmativas da Universidade Federal do Pará (UFPA). A seleção começou com uma prova de Língua Portuguesa, no dia 13 de janeiro, nos campi de Belém e de Altamira, e seguiu com entrevistas individuais mediante a análise do histórico escolar do ensino médio, marcadas para a tarde do dia 13 e ao longo dos dias 14 e 15 de janeiro.

Para a vice-diretora do curso de Etnodesenvolvimento, Eliane Sousa Faria, a parceria entre o conhecimento acadêmico e o saber tradicional é o principal aspecto da graduação. "Ao longo desses dois anos de curso, percebemos que os alunos têm crescido muito no sentido de ajudar em suas comunidades. O curso tem contribuído para que eles se autodefinam em relação à comunidade à qual pertencem e a teorizar coisas que eles já viviam na prática, mas não sabiam com embasamento teórico. Não é que eles vão 'aprender', mas vão organizar os conhecimentos tradicionais que já têm", aponta.



Norte Energia descumpre mais uma vez acordo com índios

SÍTIO UOL, 31.01.2013

O Ministério Público Federal pediu à Justiça Federal que execute com urgência o acordo extrajudicial assinado pela Norte Energia S.A com os índios que ocuparam os canteiros de obras de Belo Monte. Eles reivindicavam que a empresa cumprisse as condições socioambientais da licença da usina e aceitaram sair dos canteiros depois que a empresa assinou acordo, em 17 de outubro de 2012, durante audiência de conciliação ordenada pela Justiça.

A Norte Energia ganhou tempo para tomar uma série de medidas que já estavam atrasadas. Até dezembro de 2012, a empresa deveria ter entregado sete unidades de proteção territorial nas áreas indígenas. Até novembro de 2012 deveria ter iniciado o programa de atividades produtivas, para gerar renda para as comunidades e recebido as lideranças indígenas em visitas aos canteiros de obras. Todos os prazos acabaram mais uma vez e pontos essenciais do acordo foram descumpridos.

O MPF pede que a Justiça em Altamira execute o acordo, o que significa obrigar a empresa a cumprir imediatamente o que foi acordado sob pena de multa. Os procuradores da República Thais Santi, Meliza Barbosa e Ubiratan Cazetta pediram que a empresa seja multada em R\$ 2 milhões para cada dia de atraso no cumprimento das cláusulas do acordo. O descumprimento foi comunicado pelos próprios índios.

Por causa da obra de Belo Monte, as comunidades indígenas encontram-se sem alternativa de sobrevivência e ameaçadas por conflitos fundiários e crimes ambientais. Como os responsáveis pelo empreendimento não cumprem as condições da licença ambiental nem os acordos feitos com os índios, novos conflitos são iminentes.

"A atitude da empresa de descumprir o acordo firmado com os indígenas é um incentivo a novos conflitos e, certamente, dificultará qualquer nova negociação, o que poderá redundar em novo pedido tendente a legitimar o uso de violência contra indígenas, ribeirinhos e todos quanto pretendam protestar contra o descumprimento dos prazos e obrigações, em hipótese que, não gerida satisfatoriamente, poderá redundar em um conflito generalizado, tal é a insatisfação dos atingidos pela hidrelétrica", dizem os procuradores que acompanham o caso.

"Não é demais recordar que o acordo que se executa nestes autos está sendo descumprido, mesmo após constatado que os indígenas efetivamente cumpriram a parte que lhes havia sido imposta, com a desocupação do canteiro, em mais um voto de confiança a uma empresa que, notoriamente, vem descumprindo suas obrigações de mitigação dos impactos da obra de Belo Monte", diz o pedido do MPF.



Boletim de Notícias - Edição nº 021 / 2013

Brasília, 1º de fevereiro de 2013.

Saúde e educação dos índios serão discutidas

SÍTIO DIARIONLINE, 31.01.2013

Na próxima segunda-feira (4), às 14 horas, o Ministério Público Federal (MPF) fará em Belém reuniões para discutir a saúde e a educação dos índios Tembé da Terra Indígena Alto Rio Guamá, localizada no nordeste do Estado.

Para reunião serão convidados as lideranças indígenas, representantes da Secretaria de Estado da Educação (Seduc), do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Guamá-Tocantins, da Secretaria Especial de Saúde Indígena, órgão do Ministério da Saúde.

Na terça-feira (5), às 9 horas, o dia será reservado às discussões sobre educação. Os debates serão coordenados pelo procurador da República Gustavo Henrique Oliveira.



Índios já invadiram 14 áreas e querem 100 mil hectares

SÍTIO TOP, 31.01.2013

Reunião dos produtores rurais em Guaíra com representantes da Federação da Agricultura do Paraná (Faep) e com o assessor especial para Assuntos Fundiários do Governo do Paraná, Hamilton Serighelli, buscou amenizar o risco de conflito que se instalou na fronteira com o aumento no número de índios guaranis que estão chegando a Guaíra e Terra Roxa.

Os índios reivindicam a demarcação de uma área de 100 mil hectares entre Guaíra e Foz do Iguaçu. Pelo menos 14 áreas já estão ocupadas e os donos brigam por reintegração de posse na justiça. O problema é, para onde levar os indígenas. O presidente do Sindicato Rural de Guaíra, Silvanir Rosset, diz que há um clima de insegurança jurídica na região e os produtores estão se tornando vítimas de uma onda de ocupações indígenas. "Eles chegam de fininho nas margens das propriedades, não deixam o dono plantar, começam a se apossar do terreno, matam gado, dão tiro, ameaçam os donos e familiares. É um terrorismo puro", disse. Rosset informou que os produtores não têm como denunciar porque os índios vêm do Paraguai e não possuem documentos.

Durante o encontro de ontem, Serighelli, o representante do Governo, disse que a situação é delicada em Guaíra e pediu paciência aos produtores e também aos índios. "É preciso buscar uma saída sem o uso da violência", afirmou em entrevista ao Ilustrado. Ele também adiantou que o caso é de competência do Governo Federal, mas o Estado está ajudando a buscar uma solução. O problema é que não há recursos financeiros para criar áreas públicas para abrigar os índios na região. Serighelli diz ainda que é justamente para uma área pública que os índios devem ser levados, porém não existe hoje essa área na região.

Atualmente, são em torno de 1.600 índios em Guaíra e 500 em Terra Roxa. A Prefeitura de Guaíra formou um grupo de trabalho para cuidar da situação e evitar conflitos, já que os donos de propriedades estão revoltados com as ocupações e as desvalorizações das terras.

Os índios dizem que estão retornando para terras que já foram deles no passado e sonham numa grande reserva para o projeto Nação Guarani entre Guaíra e Foz do Iguaçu nos dois lados do Lago de Itaipu. A demarcação da área está suspensa temporariamente.

O presidente da Associação dos Municípios de Entre Rios(Amerios), Luiz Sorvos, e o deputado estadual Fernando Scanavaca também participaram do encontro em Guaíra. Na sexta-feira aconteceu reunião entre o prefeito Fabian Vendruscolo, de Guaíra, e o prefeito Ivan Reis, de Terra Roxa, com as lideranças dos indígenas nas duas cidades.



Índios denunciam quebra de acordo e Consórcio Belo Monte pode ser multado
SÍTIO ORM, 31.01.2013

O Ministério Público Federal (MPF) solicitou à Justiça Federal que execute o acordo extrajudicial assinado pela Norte Energia S.A, em 17 de outubro de 2012, com os índios que ocuparam os canteiros de obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, sudoeste do Pará. Eles reivindicavam que a empresa cumprisse as condições socioambientais da licença da usina e aceitaram sair dos canteiros depois que a empresa assinou acordo durante audiência de conciliação ordenada pela Justiça. O descumprimento foi comunicado ao MPF pelos próprios índios.

De acordo com o documento, até dezembro de 2012, a Norte Energia deveria ter entregue aos indígenas, sete unidades de proteção territorial das áreas. Um mês mais tarde, ter iniciado o programa de atividades produtivas, para gerar renda às comunidades e recebido as lideranças indígenas em visitas aos canteiros de obras. Segundo o MPF, todos os prazos acabaram e o acordo foi descumprido.

Para o MPF, a execução do acordo significa obrigar a empresa a cumprir imediatamente o que foi acordado sob pena de multa. Os procuradores da República pediram que a empresa seja multada em R\$ 2 milhões por cada dia de atraso no cumprimento das cláusulas. O pedido de execução do acordo deverá ser julgado pela Vara Federal de Altamira, por meio do processo nº 96-24.2013.4.01.3903. A Norte Energia disse que só vai se pronunciar sobre o fato após a notificação judicial.



Guarani Kaiowá, do MS, denuncia ameaça de morte a ele e sua família

SÍTIO REGIAONEWS, 31.01.2013

O cacique guarani Kaiowá Ládio Veron, da Aldeia Taquara, até então, localizada no Mato Grosso do Sul, na região de Juti e Cárapo, denuncia que ele e sua família estão sob forte ameaça de morte. Veron acusou o fazendeiro Jacinto Honório da Silva Filho de contratar o indígena Moacir Demiter Morales, para realizar nesta quarta-feira (30) a execução do próprio cacique da aldeia Ládio, do seu irmão Araldo Veron e do vice-cacique, Francisco Gonçalves.

Atualmente, a terra indígena da Taquara é ocupada pela Fazenda Brasília do Sul, fazenda do suposto mandante do crime, Jacinto Honório. As 64 famílias indígenas, que correspondem a cerca de 280 índios, estão morando em um acampamento próximo ao Rio São Domingos, na estrada do município de Juti.

O indígena Moacir também reside no acampamento dos índios de etnia guarani Kaiowá e, segundo Ládio, ele teria recebido na última terça-feira (29) a parcela final do pagamento, no valor de R\$ 1.900, feito por Jacinto, para realizar os assassinatos. Conforme conta o cacique, a própria sogra de Moacir, Carmem Almeida, que também é tia de Ládio, o procurou para avisá-lo de que Moacir teria sido contratado para matar ele, seu irmão e o primo.

“O Jacinto já havia dito que não entregaria a fazenda antes de matar uns três indígenas. Ou seja, todos os que restam da família Veron. Ele matou o meu pai em 2003 e agora quer nos matar”, denuncia o cacique.

Jacinto também seria o mandante do assassinato do pai de Ládio

Em janeiro de 2003, o então cacique guarani Kaiowá Marcos Verón, de 73 anos foi morto após ele, Ládio e outros índios terem sido sequestrados e torturados por uma quadrilha, a mando de Jacinto Honório. No ato do crime os jagunços tentaram queimar vivo o filho de Marco, o cacique Ládio Veron, que conseguiu sobreviver. Oito anos depois de sua morte, alguns acusados de matar o cacique Marcos Verón foram condenados por tortura, sequestro e quadrilha, mas não por homicídio. Apesar disso, nenhum deles foi preso.

O Tribunal de Júri foi transferido para São Paulo por decisão do Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região em 2009, pelo fato dos índios sofrerem racismo e ainda por entenderem que o julgamento poderia ser influenciado pelo poder econômico e social do proprietário da fazenda, Jacinto Honório da Silva Filho.



Povos Indígenas: a volta do famigerado arrendamento

SÍTIO ADITAL, 31.01.2013

A Lei 6001, de dezembro de 1973, pôs fim a um dos mais perversos e enganosos mecanismos de invasão e espoliação das terras indígenas: o sistema de arrendamento instituído pelo (Serviço de Proteção ao Índio) e continuado pela Funai. Esse foi o instrumento que patrocinou oficialmente a invasão de quase todas as terras indígenas até então demarcadas em todo o país, com mais intensidade na região sul, nos territórios Kaingang, Guarani e Xokleng.

"Art. 18. As terras indígenas não poderão ser objeto de arrendamento ou de qualquer ato ou negócio jurídico que restrinja o pleno exercício da posse direta pela comunidade indígena ou pelos silvícolas". Lei nº 6.001 de 19 de Dezembro de 1973

Lembro-me de ter sido portador, em 1974, de notificações aos arrendatários, no qual se extinguia a vigência dos contratos de arrendamento, por determinação da Lei Estatuto do Índio que extinguiu tal prática. A maioria recebia a notificação até com certa ironia e satisfação, pois já não pagavam o arrendamento a bastante tempo, tornando-se exploradores ilegais daquelas terras (invasores) estimulados por um mecanismo legal. Além disso, alimentavam a certeza de que mais dia, menos dia aquelas terras deixariam de ser dos índios para passar definitivamente a der propriedade dos ocupantes ilegais (invasores, intrusos). Ledo engano. Quatro anos depois os povos indígenas do sul do Brasil desencadearam uma luta de retirada de todos os invasores de seus territórios.

Nesse início de 2013, no bojo de inúmeros projetos que visam escancarar o saque dos recursos naturais em terras indígenas e dificultar, para não dizer impedir, a demarcação das terras indígenas, está em tramitação mais um projeto anti-indígena - o PL 4047/12 de autoria do deputado Nelson Padovani (PSC-PR). "O projeto, que tramita em caráter conclusivo, será analisado pelas comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; de Direitos Humanos e Minorias; e de Constituição e Justiça e de Cidadania". De acordo com o autor, deputado Nelson Padovani (PSC-PR), a medida tem por objetivo "oferecer alternativa econômica aos povos indígenas". Pela proposta, as parcerias de arrendamento das terras INDÍGENAS terão prazo mínimo de vigência de cinco anos e máximo de 30 anos. Caberá à FUNAI assessorar juridicamente a comunidade indígena na celebração do contrato. Segundo Padovani o projeto vai ajudar a "encontrar um ponto de equilíbrio, para que agricultores e índios consigam explorar a terra, de forma que sejam beneficiados e respeitados ambos os lados".

O projeto também prevê uma possibilidade dos índios terem uma participação na produção, de até 20%. Ficarão 80% para o agronegócio? Uma fatia ficará para a Funai? Quem sabe para ressuscitar o maldito DGPI (Departamento Geral de Patrimônio Indígena), o braço empresarial da Funai de então? A presidente Marta conhece muito bem esse esquema. É impossível que ela seja conivente com algo semelhante, mesmo sendo a pílula dourada com novos termos como parceria, respeito, benefícios. Chama atenção o prazo de vigência que poderá ser de até 30 anos. A ganância do agronegócio está explicitada nesta possibilidade, de longos tempos e grandes lucros com segurança jurídica.



Lideranças indígenas participam do Fórum Social Temático

SÍTIO TERRA, 31.01.2013

Do conjunto de eventos com a participação dos indígenas no Fórum Social Temático 2013 resultou uma Carta de reivindicações com suas demandas urgentes, relativas ao temas discutidos nas três esferas de governo: municipal, estadual e federal. Entre os itens da carta está a necessidade de uma política de saúde que respeite o modo diferenciado de concebê-la para os diferentes grupos indígenas com sistemas de vida distintos; a necessidade de ampliação dos territórios indígenas ao redor da cidade, já que hoje os espaços indígenas são cada vez mais restritos a pequenas áreas.

Pedem, também, o fortalecimento das políticas públicas para povos indígenas nos âmbitos municipal, estadual e federal. Todos os presentes, indígenas e não-indígenas, concordaram em assinar o documento elaborado no Fórum Social Mundial Temático 2013, no Espaço Na Boa em POA, Usina do Gasômetro, Porto Alegre que será entregue as autoridades.

O último dia do FST, nesta quinta-feira, 31, na Oficina Governança em Direitos Humanos e Segurança Cidadã, realizado no Santander Cultural, reuniu gestores de diversas cidades do Mercosul e estados brasileiros, bem como lideranças locais. A coordenadora do Núcleo de Políticas Públicas Para os Povos Indígenas (NPPPI), Rosa Maris Rosado apresentou as ações desenvolvidas na Secretaria de Direitos Humanos, direcionada aos povos indígenas, destacando a transversalidade na parceria com a Secretaria Municipal da Saúde, na presença de Ignez Maria Serpa, que coordena a política de saúde indígena na Capital.

Na oportunidade foi feito o lançamento do E-book da publicação "Presença Indígena na Cidade: Reflexões, Ações e Políticas", organizado pelo NPPPI, disponível no site da PMPA, página dos Direitos Humanos. Na composição da mesa estavam João Maurício Faria, coordenador regional da Funai, bem como os autores professora Márcia Viegas, o procurador Carlos Guedes; Ignez Maria Serpa, Rosa Maris Rosado e o fotógrafo indígena, cacique em Mbya Guaraní, Vherá Poty.

À tarde os participantes da Oficina visitaram a Aldeia Kaingang Fag Nhin, na Lomba do Pinheiro. Cerca de 40 pessoas, do Peru, Argentina, São Paulo, Região Metropolitana e cidades do interior do Estado ouviram o vice-cacique Felipe da Silva falar do modo de vida na aldeia e da forma de sustentabilidade por meio do artesanato feito de cipó e outros materiais cada vez mais escassos na área onde vivem. Destacou ainda a importância da preservação dos espaços de vegetação na cidade. "Há muito preconceito e discriminação para com os indígenas na cidade. Os não-indígenas acreditam que não devemos estar na cidade, mas foi a cidade que cresceu em cima de nossos territórios." concluiu o vice-cacique. Os visitantes aproveitaram para escolher peças inovadoras da criatividade Kaingang, como o arco dos sonhos, e colares multicoloridos com pigmentos naturais.

Solidariedade - Os indígenas participaram de diversas atividades do Fórum Social Temático desde o início do evento. Na segunda-feira, 27, no final da tarde, o Coral de Cantos e Danças Mbyá Guaraní da Aldeia Aracua entoou seus cantos sagrados em solidariedade aos familiares e amigos das vítimas da tragédia de Santa Maria.



Empaer ensina índios de Mato Grosso a plantar arroz

SÍTIO UOL, 31.01.2013

Um projeto de apoio à agricultura familiar mudou a forma de cultivo do arroz em uma aldeia indígena de Mato Grosso. A Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Agricultura e Extensão Rural (Empaer) apresentou, há cerca de um ano, a proposta de produção nas aldeias Santana e Nova Canaã, região de Nobres. Mas os resultados já são visíveis nas lavouras indígenas. O arroz plantado no início de janeiro começa a brotar.

O cacique da aldeia Santana, Arnaldo da Silva, conta que a aceitação ao projeto não foi imediata. "A princípio fiquei indeciso, mas a comunidade entendeu que seria bom". O índio produtor André dos Santos explica que o método novo é muito diferente do plantio utilizado pela comunidade há anos. "A gente trabalhava na roça derrubando o mato com fogo. Com o tempo chegou a tecnologia que os brancos plantam e entendemos que era melhor fazer o plantio mecanizado".

Os indígenas também aprenderam como fazer o manejo correto do solo. "Nós falamos da necessidade de calcário, que faz a correção da acidez. Explicamos pra eles que com essa correção já melhoraria a produção de arroz nessa região, até porque o solo não é de melhor qualidade", pontua o agente técnico da Empaer, Elias Queiros.

Conforme o programa, na aldeia Santana foram semeados 17 hectares de arroz. Do plantio à colheita tudo é decidido em grupo. Cada dois hectares ficam sob responsabilidade de quatro a cinco famílias. Na aldeia Nova Canaã, que tem oito famílias, foram plantados cinco hectares do cereal. O total da área plantada nas duas aldeias é equivalente a 22 campos de futebol. Os técnicos especialistas estimam uma colheita de aproximadamente 50 toneladas de grãos. Diante dos resultados, o próximo passo é investir no plantio de outras culturas.



Saúde do homem é meta do Projeto Quilombo para 2013

SÍTIO MRN, 31.01.2013

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem, que vem sendo reforçada desde 2012 pelo Ministério da Saúde, foi abraçada pelo projeto Quilombo nas comunidades da região do Trombetas, no município de Oriximiná, oeste paraense. O projeto já começa a apresentar os primeiros resultados na prevenção de doenças entre o sexo masculino. A coordenação do projeto registrou um aumento de 30% no número de atendimentos de homens nas comunidades quilombolas em áreas semi-isoladas do Pará, onde o acesso à saúde ainda é difícil.

Através do projeto desenvolvido pela Fundação Esperança em parceria com a Mineração Rio do Norte e prefeitura municipal de Oriximiná, 18 comunidades do oeste paraense recebem atendimento médico nos barracões da própria comunidade, reduzindo quilômetros de distância entre médico e paciente, e favorecendo a assistência curativa e preventiva.

A meta, agora, é chegar ao final de 2013 com um aumento de 50% nos atendimentos em relação ao ano passado. "Vamos trabalhar para prevenir o câncer de próstata. Não encontramos casos de câncer na comunidade, mas alterações sim. E nosso trabalho é prevenir a doença entre os homens sexualmente ativos e com mais de 40 anos", explica a coordenadora do projeto pela Fundação Esperança, Ethel Soares.

O trabalho de saúde preventiva do projeto Quilombo contempla, além de consultas e exames, o acesso à informação. Em 2012, foram realizadas 239 palestras, sendo 11 desses encontros com foco na saúde masculina, eventos que reuniram mais de 200 homens. No saldo do trabalho de campo realizado nos últimos doze meses também constam a realização de 4.053 exames e o atendimento de 3.934 pessoas, entre homens, mulheres e crianças.



Imunidade tributária deve chegar às comunidades tradicionais

SÍTIO SOCIOAMBIENTAL, 31.01.2013

Depois de um ano de trabalho e articulação – o que envolveu a criação de comitê interministerial coordenado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), por meio de sua Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais (SECOMT) – foi lançado na noite de terça-feira, 29, o I Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana. A política é um instrumento de planejamento e implementação das ações prioritárias para as comunidades de matriz africana. O evento aconteceu no Salão Negro do Palácio da Justiça, em Brasília.

Apresentado por Silvano Euclênio, secretária para Comunidades Tradicionais, o plano foi construído com base no Plano Plurianual (PPA 2012-2015) e reúne um conjunto de políticas públicas que buscam a garantia de direitos, a proteção do patrimônio cultural e da tradição africana no Brasil. Além do enfrentamento à extrema pobreza com ações emergenciais e de fomento à inclusão social produtiva e Desenvolvimento Sustentável.

A SEPPIR coordena o grupo de trabalho responsável pela execução, monitoramento e revisão do plano e que agrega os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Meio Ambiente, Saúde, Educação, Cultura, Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Fundação Cultural Palmares, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Emoção - Após a assinatura do documento pela ministra da Igualdade Racial, Luiza Bairros, os representantes de comunidades de matriz africana, com suas vestes tradicionais e coloridas, tocaram tambores e entoaram cânticos e saudações, emocionando o público.

Para a ministra da Igualdade Racial, Luiza Bairros, o evento representou, mais do que um motivo de comemoração, o fechamento de uma etapa de um trabalho árduo e, a abertura de outra. “Concluir a atividade é uma conquista, mas vai nos abrir outros desafios. A partir de agora, temos que sair em busca da execução de todas as ações previstas”, disse.



Provab voltado às populações tradicionais

SÍTIO JORNALBRASIL, 31.01.2013

Os municípios interessados em receber médicos pelo Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (Provab) devem aderir até a próxima sexta-feira (1º), por meio do sítio do programa. Esta é a segunda edição do Provab que tem o objetivo de qualificar médicos por meio de curso de pós-graduação para atuação em Unidades Básicas de Saúde (UBS) localizadas em regiões com carência de profissionais. Até o momento, 1.505 secretarias municipais de Saúde se inscreveram. Para os médicos interessados em participar, as inscrições vão até terça-feira (5/02).

O programa prevê especialização em Saúde da Família para os médicos, com bolsa federal no valor de R\$ 8 mil mensais, custeada integralmente pelo Ministério da Saúde. O curso tem duração de 12 meses, e vai contar com atividades práticas na Atenção Básica sob supervisão de Instituições de Ensino Superior (IES) e acompanhamento dos gestores locais, além de aulas teóricas ministradas em metodologia EAD (Ensino a Distância) pela Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde (UnA-SUS).

O secretário de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde, Mozart Sales, enfatiza a importância da adesão dos municípios ao programa. "O Provab é uma ação que beneficia os gestores municipais, os médicos e a população. Os municípios passarão a contar com mais profissionais de Medicina atuando em suas unidades básicas, o que permitirá o fornecimento ao usuário de um serviço mais qualificado. Já o médico participante terá a oportunidade de viver uma experiência essencial para seu desenvolvimento profissional", esclarece. Serão priorizados no processo de adesão os municípios listados na Portaria Conjunta Nº 2, de 2011.

Para garantir a qualidade do serviço prestado, os profissionais serão avaliados, trimestralmente, pelos gestores e pelas instituições, e também realizarão autoavaliação. Os profissionais bem avaliados receberão pontuação adicional de 10% nos exames de residência médica, conforme a resolução 09/2011 da Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM).

Médicos interessados em aderir à segunda edição do Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (Provab) podem se inscrever até o dia 5 de fevereiro, pela internet, por meio do endereço eletrônico <http://provab2013.saude.gov.br>. Até o momento, 5.648 médicos se cadastraram.

Após aderirem ao programa, os profissionais deverão escolher o local onde desejam atuar, no âmbito dos municípios que aderiram ao programa. O profissional poderá selecionar uma opção em cada um dos seis perfis estabelecidos pelo Ministério da Saúde como áreas prioritárias – capital ou região metropolitana; população maior que 100 mil habitantes; intermediário; população rural e pobreza intermediária; população rural e pobreza elevada; e populações quilombola; indígena e dos assentamentos rurais.



Justiça proíbe ex-prefeito de expulsar ribeirinhos

SÍTIO TOP, 31.01.2013

A Justiça Federal proibiu o ex-prefeito de Muaná, no Pará, Raimundo Martins Cunha de explorar recursos naturais na região do rio Atuaá, no município, e de tentar expulsar ribeirinhos que moram no local.

De acordo com o Ministério Público federal também não podem explorar a área ou entrar em conflito com ribeirinhos a indústria Inamarú Alimentos Ltda e o administrador da empresa, Ernesto Emílio Meirinho.

A decisão, do juiz federal Arthur Pinheiro Chaves, foi baseada em ação em que o Ministério Público Federal (MPF), por meio do procurador da República Felício Pontes Júnior denunciou que há grande tensão na área motivada pela extração ilegal de palmito pela Inamarú e pelas constantes ameaças de expulsão de ribeirinhos feitas por Raimundo Martins Cunha.

No local residem 26 famílias ribeirinhas. Algumas ocupam a área há mais de 20 anos e vivem de agricultura de pequeno porte, pesca, criação de animais e extração de açaí. A área abriga o maior açaizal do rio Atuaá, do qual provém o sustento dos moradores e também de extrativistas de comunidades adjacentes.

Por meio da Associação dos Produtores e Pescadores do Alto e Médio Rio Atuaá (Apromora), a comunidade chegou a recorrer aos órgãos ambientais competentes para impedir os danos ambientais. A tentativa, no entanto, não deu certo e o dano continuou.

Na ação, o MPF apontou ainda o fato dos moradores serem os responsáveis pela construção do canal para o transporte do açaí. "Antes a área era completamente isolada e sem acesso", registra o MPF.

De acordo com o MPF, a comunidade possui termo de autorização de uso das terras expedido pela Secretaria do Patrimônio da União, por meio do Projeto Nossa Várzea, para morar no local e viver da extração de açaí. "A nulidade absoluta do título de propriedade apresentado pelo réu enseja a possibilidade de dano irreparável ao meio ambiente e prejuízo crescente às populações que habitam as margens do rio Atuaá", critica o procurador da República Felício Pontes. Caso a empresa e os dois outros acusados não cumpram a decisão judicial, a multa é de R\$ 100 mil.